

2

*Paulo Roberto Elian dos Santos
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz*

OS ARQUIVOS E A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL:

**ASPECTOS HISTÓRICOS
E EPISTEMOLÓGICOS**

A realização deste simpósio dedicado a História dos arquivos e da Arquivologia é um fato que devemos celebrar. É uma satisfação estar aqui, pela generosidade do convite e pelo significado acadêmico que atribuo ao evento. Nesta mesa de abertura “Por uma história dos arquivos e da Arquivologia: questões epistemológicas e fontes” coube a mim e ao Prof. Renato Venâncio, a difícil tarefa de abordar tema tão amplo, em seus aspectos epistemológicos, históricos e documentais. De todo modo, Renato e eu combinamos uma divisão de trabalho arriscada e problemática, que me serviu de estímulo para elaboração do texto.

Como separar este objeto polissêmico – os arquivos – de sua expressão científica, disciplinar? Arquivos (instituições), por exemplo, formularam ao longo da história, conhecimentos sistematizados que são reconhecidos como contribuições válidas para a constituição teórica e metodológica da Arquivologia ou da Arquivística. Os arquivos – instituições – foram lugares concretos e em certo momento protagonistas que forjaram ao longo do tempo, saberes, métodos, práticas, e deram forma a disciplina.

Quando comecei a pensar na apresentação de hoje, lembrei de Heloísa Bellotto, uma das homenageadas do simpósio. Conheci Heloísa por intermédio de Ana Maria Camargo, que impossibilitada de assumir minha orientação no mestrado do Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP), no final dos anos 1990, transferiu a missão para a amiga e colega de Programa. E por que razão minha lembrança foi acionada? Alguns anos depois, durante a orientação do doutorado, em uma de nossas reuniões para discutir uma versão da tese, Heloísa lançou mão do seu vasto conhecimento, inteligência e sabedoria, ao me sugerir que trocasse no título a palavra “ciência” por “disciplina”, não sem antes justificar de maneira clara e objetiva sua preferência.

Qual abordagem oferecer a vocês sobre a “História da Arquivologia”? Não vou me ater aqui nesta distinção entre ciência e disciplina. Autores de diferentes correntes da Filosofia, da Sociologia,

da História, e da Ciência da Informação, adotam os dois termos, que em alguns momentos se fundem e dão origem a “disciplina científica” ou “campo disciplinar”. Meu interesse é conhecer e compreender o processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil, e isto pressupõe a leitura de autores que abordam o conjunto de componentes (teorias, leis, métodos etc.) que constituem a ciência, a técnica, e seus envolvimento com os coletivos e os sujeitos, as instituições e os indivíduos, os agentes sociais. Em outras palavras, como anuncia o antropólogo Bruno Latour (2016), não estudamos uma disciplina científica nem uma técnica, mas sim as disciplinas científicas e as técnicas em suas relações com a história, a cultura, a literatura, a economia, e a política.

Em parte dos autores da literatura arquivística, o objetivo de estudar sua institucionalização, está associado a busca de reconhecimento, a reivindicação por um lugar no mundo acadêmico e sua relação com outros campos disciplinares, como a Ciência da Informação, em especial. Ação mais do que legítima, vale dizer que as comunidades da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, têm empreendido esforços sistemáticos nesse sentido. Os estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação no Brasil veem ocupando um importante lugar na pesquisa. As razões estão relacionadas em grande medida com o seu próprio processo de institucionalização, marcado recentemente pelo expressivo crescimento no número de cursos de pós-graduação, periódicos, e novas incorporações em sua extensa agenda de pesquisa.³

3 Há uma vasta bibliografia dedicada a introduzir uma perspectiva histórica sobre a constituição do campo da Ciência da Informação no Brasil. Na produção bibliográfica recente, destaca-se o artigo Historiografia e epistemologia da ciência da informação: um olhar sobre a literatura brasileira (2019) de Tiago José da Silva e Isa Maria Freire (Santos, 2021). Uma pesquisa seminal resultou na tese “Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)”, de Nanci Elizabeth Oddone defendida em 2004, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UF RJ.

Uma ciência ou disciplina se oficializa pelo reconhecimento que lhe é atribuído por sua comunidade e por outras comunidades científicas. Este é um processo em curso, ininterrupto e suas dinâmicas devem ser apreendidas por pesquisas que mobilizem teorias, métodos e modelos de interpretação das ciências humanas, em especial da história, da sociologia e da filosofia, em seus “campos de aplicação” voltados para a ciência. Isso que o historiador José D’Assunção Barros (2010) chamou de “desdobramentos intradisciplinares”. Logo adiante voltarei às reflexões de Barros sobre os “campos disciplinares”, que servem de base para nosso texto.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA OU DE UMA ÁREA DISCIPLINAR

A ciência pode ser considerada como um sistema de teorias, leis, e métodos que buscam explicar a realidade tendo objetos e objetivos definidos que demonstrem sincronia com a base de conhecimento a que pertencem; e apresenta estruturas formais e informais que permitam disseminar os conhecimentos produzidos.

A pesquisa, o ensino, a divulgação e a aplicação do conhecimento de uma disciplina, são os quatro elementos fundamentais para que esta se consolide como uma disciplina científica. Se partirmos do pressuposto que a ciência é a geração do conhecimento, a pesquisa desempenha o papel principal entre aqueles quatro elementos, pois, ela é a função básica da ciência. Para alguns autores, a pesquisa representa o propósito da descoberta, da atualização e da evolução do conhecimento, além de proporcionar o desenvolvimento científico e tecnológico (Bunge, 1980; Whitley, 1980).

No Brasil, nas duas últimas décadas, a pesquisa em Arquivologia alcançou um crescimento notável, traduzido em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, como a própria Arquivologia, a Ciência da Informação e a História. Angelica Marques (2018) publicou os resultados de um extenso estudo sobre as pesquisas com temática arquivística em sessenta programas de pós-graduação *stricto sensu* no país, entre as décadas de 1970 e 2010. Ao considerar seu trabalho uma continuidade das iniciativas anteriores, de Fonseca (2005) e Marques e Roncaglio (2012), entre outros autores⁴, traça um mapa atualizado da produção científica na pós-graduação com dados quantitativos, acompanhados de reflexões cruciais sobre a agenda de temas de pesquisa, a luz da realidade brasileira.⁵ Nos interessa aqui destacar entre as conclusões da autora, “a necessidade de verticalização de estudos que contemplem aspectos ligados à epistemologia da disciplina”, em sua percepção, ainda pouco investigados. Nesse sentido, compartilhamos da mesma visão sobre a premência de investimentos em estudos de natureza histórica que permitam uma compreensão da disciplina, sob o risco de nos tornarmos “reféns de práticas e estudos contingenciais” com pouca capacidade de contribuir para o “desenvolvimento de seu estatuto teórico-epistemológico” (Marques, 2018, p. 28).

Como parte desse processo de crescimento e reconhecimento acadêmico da pesquisa, identificamos o surgimento de estudos e trabalhos de natureza diversa que parecem sinalizar a gênese de uma área de investigação, na qual as instituições arquivísticas, atores, políticas, eventos, princípios, fundamentos, conceitos, métodos, técnicas e práticas podem constituir-se em objetos de investigação

4 Ver Rodrigues e Aparício (2002) e Jardim (2012).

5 O artigo de 2018 foi atualizado com novas pesquisas que resultaram na palestra “Da produção científica a possibilidades de agendas de pesquisa para a Arquivologia brasileira”, apresentada na mesa-redonda do dia 26/05/2023 durante o Simpósio de História dos Arquivos e da Arquivologia, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus da Boa Viagem, Niterói (RJ).

sob uma perspectiva histórica (Santos, 2022). Destacamos, a título de exemplo, a tese de Fernanda Bouth Pinto, “A classificação de arquivos correntes no Brasil e as ideias e contribuições de Marilena Leite Paes”, defendida este ano no PPGCI/UFF, que examina o tema da classificação de documentos de arquivo, na linha dos estudos sobre a história dos arquivos e da Arquivologia. Ao investigar as teorias, os métodos, os manuais e as práticas da classificação de documentos correntes no Brasil, a autora percorre a atuação e a influência de Marilena Leite Paes a partir de sua trajetória na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Outras teses e dissertações, nos últimos dez anos, debruçaram-se sobre os aspectos históricos e epistemológicos da disciplina e alcançaram reconhecimento por meio de prêmios nacionais e internacionais.⁶

Nunca é demais reafirmar o pioneirismo do estudo de Maria Odila Fonseca (2005) cujo livro “Arquivologia e Ciência da Informação”⁷ é considerado uma referência, não apenas pelo esforço de traçar um panorama histórico das duas áreas e travar uma discussão com o pensamento hegemônico na área dos arquivos, mas por

6 (1) Prêmio Maria Odila Fonseca (Arquivo Nacional) 2021 - Categoria Dissertação (mestrado) - Paulo José Viana de Alencar, com a dissertação “A Primeira Reunião Interamericana de Arquivos e sua influência no desenvolvimento teórico-prático da Arquivologia brasileira”, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF); (2) Prêmio Maria Odila Fonseca (Arquivo Nacional) 2021 - Categoria Tese (doutorado) - Francisco Alcides Cougo Júnior, com a tese “A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil”, defendida na Universidade Federal de Pelotas (UFPe); (3) Tesis de Doctorado - Premios ALA - Ivina Flores Melo, com a tese “As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência: um *habitus* em construção” (2021), defendida na Universidade de Brasília - UnB; (4) Prêmio REPARQ de Pesquisa em Arquivologia 2022 - Menção Honrosa - Ivina Flores Melo, com a tese “As funções arquivísticas à luz do princípio da proveniência: um *habitus* em construção” (2021); (5) 2012 - Concurso de Monografia Prêmio Maria Odila Fonseca, Associação dos Arquivistas Brasileiros; Prêmio ANCIB Melhor Tese, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação; Prêmio CAPES de Tese - Área Ciências Sociais Aplicadas I, CAPES. - Angelica Marques, com a tese ‘Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil’.

7 O livro teve origem na tese Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares, defendida em 2004, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT), com orientação de Maria Nélida González de Gómez.

identificar as perspectivas renovadoras nesse mesmo pensamento, seja aquela abordagem que reconhece o momento atual como o de uma mudança de paradigma, seja a aquela que o identifica como o momento de inserção numa nova "episteme" – a da pós-modernidade. Seu exame das características do processo de institucionalização da Arquivologia, a partir da década de 1970, serve de base para sua reflexão e contribuição original sobre os elementos que constituem a área disciplinar da Arquivologia no Brasil, em especial a universidade, a pesquisa, a produção e a comunicação científica. Para tanto, Maria Odila foi buscar referências na Sociologia e na Filosofia da Ciência.

Uma corrente de autores considera a ciência como um sistema de ideias e ações que se forma por processos. Esses processos determinam o que se denomina de sistema conceitual (objetos conceituais) e sistema social (atores sociais) que se consolidam pelas atividades desenvolvidas, atribuindo à ciência o devido reconhecimento (Bazi; Silveira, 2007).

A constituição de uma disciplina científica, portanto, refere-se à formação e ao desenvolvimento consistente dos sistemas conceitual (sistema de ideias) e social (sistema de atores) reconhecidos por sua comunidade. A constituição de uma disciplina envolve processos e mecanismos que se constroem e se legitimam no seu espaço de atuação, pelos atores, possibilitando que a ciência em questão adquira o seu estatuto científico. Nesse sentido, os cursos universitários, a pós-graduação, as sociedades profissionais e/ou acadêmicas, os periódicos científicos, assim como as agências de fomento e os eventos científicos são considerados como estruturas formais que fornecem os componentes sociais de que uma disciplina precisa para possuir uma identidade.

Se mirarmos a Arquivologia no Brasil, como visualizamos suas estruturas formais? É possível identificar avanços, se tomarmos as referências da tese de Maria Odila que completou vinte anos em 2023.

Constituímos uma ampla rede nacional de dezessete cursos universitários de graduação; criamos há mais de dez anos a primeira pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia⁸; criamos, em 2010, e imprimimos periodicidade bianual a uma reunião científica de ensino e pesquisa – a Reparq⁹, a partir da qual surgiu o Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Feparq) com capacidade de mobilização não apenas de uma agenda de pesquisa, mas também de natureza política; ampliamos qualitativa e quantitativamente as dissertações e teses na área; obtivemos prêmios e mais bolsas de produtividade em pesquisa; passamos a ocupar espaço nos comitês de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com potencial para uma maior presença. Por outro lado, tivemos algumas “baixas” e persistem desafios que merecem a atenção da comunidade: deixamos de contar com a AAB, primeira entidade associativa, fundamental para a institucionalização da Arquivologia no país e editora do periódico Arquivo & Administração, que ganhou solidez científica na sua última fase; dispomos de algumas poucas revistas científicas que devem passar por processos de aperfeiçoamento e qualificação de forma a alcançar melhores posições no sistema de avaliação da CAPES; não obtivemos sucesso na criação de uma associação de pesquisa e ensino ou pesquisa e pós-graduação, instrumento crucial para o processo de institucionalização e legitimação no meio acadêmico e na sociedade; e por fim, carecemos de estratégias e mobilização de recursos para maior presença, interlocução e circulação no campo internacional.

Todos esses componentes revelam a importância das instituições e dos canais de comunicação na transmissão, divulgação,

8 No segundo semestre de 2023 foi divulgada a aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de um novo mestrado na área de Arquivologia, o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), uma iniciativa oferecida de forma associativa entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

9 A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) vai para sua 8ª edição em 2024.

registro e preservação dos conhecimentos produzidos por um segmento social científico. A institucionalização é a constituição de um campo científico ou disciplinar e como ele se formaliza e se incorpora ao conjunto das ciências, tendo em vista suas práticas, seus processos, seus instrumentos e seus princípios teóricos e metodológicos.

Ainda de acordo com a perspectiva de Whitley (1980), “campos disciplinares desenvolvem uma dinâmica social própria”. Isto é, a diversidade e a pluralidade dos campos disciplinares são enfatizadas pelo autor que critica a visão monolítica da ciência segundo a qual existiria um único padrão de desenvolvimento do conhecimento e de sua organização social. Considera que as disciplinas constituem uma ampla federação de campos de pesquisa, com tópicos específicos e que compartilham objetos, conceitos e técnicas. Formam assim distintas comunidades científicas, que reúnem grupos autônomos de produtores e consumidores de conhecimento, os quais decidem suas próprias prioridades e procedimentos. É com esta ideia de “dinâmica social própria” que devemos pensar a trajetória da Arquivologia entre nós. Nosso ingresso no mundo universitário data do final dos anos 1970, mas nossa Arquivologia foi se constituindo pelo menos desde as décadas de 1940 e 1950. Neste aspecto, tivemos um percurso bastante distinto da Biblioteconomia, que na década de 1940 já contava com os cursos de formação de bibliotecários na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em São Paulo.

O sociólogo Simon Schwartzman na sua obra clássica e seminal “A formação da comunidade científica no Brasil”, publicada em 1979, faz um denso percurso pelo longo, complexo e tortuoso processo de desenvolvimento e institucionalização da pesquisa científica no país, profundamente imbricado na criação das instituições de ensino superior, mas que não se reduzia a ele. Coube a outros autores contribuírem com pesquisas que procuraram demonstrar a presença da atividade científica, sobretudo na República antes da década de 1930 - período de criação das primeiras universidades

brasileiras - e no Império, em instituições como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os institutos biológicos do início do século XX, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o Museu Nacional, entre outras.

A fase “pré-universitária”, se assim podemos dizer, da Arquivologia no Brasil merece a atenção de nossos estudos. Ela inclui o conhecimento traduzido em metodologias e técnicas empregadas nos arquivos públicos, mas a ele não se resume. Neste ponto devem ser incluídas a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), todo o percurso trilhado pelo Curso Permanente de Arquivos (CPA), concebido sob influência da “escola” francesa e abrigado no Arquivo Nacional desde a década de 1960, e a proposta de Currículo Mínimo do Curso Superior de Arquivo¹⁰ elaborada em 1974 e aprovada pelo Conselho Federal de Educação (CFE). A este conjunto de espaços institucionais e eventos, podemos somar a presença de especialistas de outros países, os manuais e as obras traduzidas que instrumentalizaram inúmeros profissionais e orientaram abordagens técnicas e práticas nos mais diferentes arquivos pelo país a fora. Vale destacar que ainda persiste uma grande lacuna de conhecimento sobre a história dos arquivos públicos brasileiros.

No caso da Arquivologia no Brasil, temos ainda a experiência virtuosa do curso de especialização *lato sensu* em Organização de Arquivos, oferecido pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP), a partir dos anos 1980, e que ao longo de três décadas contribuiu para a formação de centenas de profissionais de São Paulo, de outros estados do país e do exterior. O “curso do IEB”, assim chamado, serviu como *locus* privilegiado de reflexões centrais para o pensamento

10

Interessante analisar esse contexto. Há uma proposta de currículo mínimo formulada por um grupo do qual participaram diferentes atores: José Pedro Esposel, Astréa de Moraes e Castro, Marcelo de Ipanema, Carminda Nogueira de Castro Ferreira, Dora Maria Pereira Rego Correia, Hâmida R. Helluy, Heloísa Liberalli Bellotto, Maria Amélia Porto Migueis, Maria Antonia Ribas Belfort de Mattos, Maria José Rabello de Freitas, Maria Luiza Dannemann, Marilena Leite Paes, Mercedes Mangeon Gonçalves, Myrtes da Silva Ferreira, Suzana Moraes. A proposta do Relator contém alterações com relação a proposta original e é aprovada em 24/01/1974.

e as práticas arquivísticas no país. Foi um “lugar social” da Arquivo-
logia, como na perspectiva de Michel de Certeau (1982) ao pensar a
“instituição histórica”.

A abordagem destes fatos e espaços do mundo da Arquivo-
logia requer o acionamento de conceitos, noções e métodos que não
são estranhos a pesquisadores da área. Os estudos voltados à com-
preensão do processo de institucionalização da disciplina, desen-
volvidos no âmbito da universidade, devem incorporar elementos
de outras disciplinas, como a sociologia da ciência e a filosofia da
ciência. Nestas, autores como Robert Merton (1974), Thomas Kuhn
(2000), Pierre Bourdieu (1983, 2004, 2007), e Bruno Latour (2000,
2001, 2008), apenas para citar os principais nomes, possuem tra-
balhos basilares que estabeleceram marcos teórico-metodológicos
e ensinaram a formação de correntes do pensamento sociológico
e antropológico sobre a atividade científica. Conceitos como *ethos*
científico, comunidade científica, paradigma, ciência normal, revo-
lução científica, campo, campo científico, capital científico, *habitus*,
capital simbólico, centro de cálculo, redes sócio técnicas, teoria ator-
-rede, entre outros, podem ser apropriados em nossos estudos.

A DEFINIÇÃO DE UM CAMPO DISCIPLINAR

Com o intuito de contribuir para o estudo dos “campos disci-
plinares” o historiador José D’Assunção Barros (2010) lança mão de
algumas perguntas, se propõe a enumerar um conjunto de catego-
rias, e alguns aspectos essenciais que possam contribuir para definir
um campo disciplinar, qualquer que seja ele.

O que constitui um campo de saber como disciplina? Que
história, ou que histórias, levam um determinado conjunto de prá-
ticas, representações e modos de fazer a se definir gradualmente,

até que esse conjunto adquira uma identidade suficientemente forte para que, a partir dele, passem a se nomear profissionalmente os praticantes da nova disciplina?

Barros (2010) inicia por aquilo que é de certo modo um evidente lugar comum: toda disciplina é constituída antes de tudo, por certo “campo de interesses”, “o que inclui desde um interesse mais amplo que define o campo como um todo, até um conjunto mais privilegiado de objetos de estudo e de temáticas a serem percorridas por seus praticantes” (Barros, 2010, p. 206). Na visão do autor, certas disciplinas partilham inclusive um interesse comum, por exemplo o interesse das chamadas “Ciências Humanas” pelo estudo daquilo que é humano, mas também é fato que há certo nível de profundidade para que se possa falar em uma disciplina com identidade própria, algum tipo de “singularidade”. A História é o estudo do homem no tempo.

Pois bem, quais são os interesses da Arquivologia? Ela se interessa pelo estudo dos documentos de arquivo e não por qualquer documento. Para Ana Maria Camargo (2002), a Arquivologia é marcada pela “transversalidade do seu objeto”: que não são os documentos de um modo geral, mas os que “justificam sua existência pela força probatória”. Hoje as temáticas de interesse da Arquivologia são indiscutivelmente mais diversas do que a vinte, trinta anos atrás. Para muitos, tal alargamento de interesses deve-se as transformações da era digital que operou uma mudança de paradigma, uma revolução científica na perspectiva Kuhniana (2000). Diversos estudiosos, como Theo Thomassen (1999), Hugh Taylor (1987), Heather Macneil (1994) e Gerald Ham (1981), apontam a revolução tecnológica como grande fator impulsionador de um redirecionamento de abordagens da área. Entretanto, além do grande impacto das inovações tecnológicas disruptivas na disciplina, principalmente a partir da década de 1980, é inconcebível nos furtarmos a analisar a pluralidade de outros fatores que caracterizam a sociedade atual. Ao propor uma agenda de pesquisa em documentos eletrônicos ainda no início da década de 1990, Margaret Hedstrom (1991), considerava

como fundamental a superação de aspectos estritamente técnicos, como nos alerta Bruno Latour (2016). Em nosso ponto de vista, a inquietação da autora se faz ainda pertinente quando nos debruçamos sobre hardwares e softwares. Para Hedstrom (2016), mais valioso seria adotar uma abordagem que elegeesse a tecnologia como uma construção social, estimulando os impactos econômicos, sociais, históricos e culturais das decisões tomadas por organizações, grupos e indivíduos que lidam com os arquivos.

Mas esta teia de interesses é muito mais ampla. Os estudos arquivísticos contemporâneos comportam o surgimento de outras visões influenciadas por perspectivas inerentes ao pós-modernismo, decolonialismo, estudos de gênero e diversidade, movimentos teóricos, sociais, culturais, críticos, políticos, bem como as formas de conhecimento dos povos originários. Os conceitos de arquivos participativos e autonomia arquivística e novas abordagens relativas à proveniência, aos sistemas de descrição e ao processo de avaliação povoam os textos de autores de diferentes correntes contemporâneas.

Cada disciplina possui sua “singularidade”, entendida como o conjunto dos seus parâmetros definidores, ou como aquilo que a torna realmente única, específica, e que justifica a sua existência – em outras palavras: “aquilo que define a disciplina em questão por oposição ou contraste em relação a outros campos disciplinares” (Barros, 2010, p. 207). Em um pólo oposto, será preciso entender o fenômeno inverso: embora cada campo de saber apresente uma singularidade que o faz único e lhe dá identidade, não existe na verdade um só campo disciplinar que não seja construído e constantemente reconstruído por diálogos (e oposições) interdisciplinares. Queiram ou não os seus praticantes, toda disciplina está mergulhada na “Interdisciplinaridade”, questão à qual voltaremos mais à frente. Para Barros (2010), o processo de surgimento de um novo campo disciplinar adquire, por vezes, muito mais a aparência de uma verdadeira luta que se dá no interior da cena científica do que a aparência de um parto. Aqui, o conceito de campo científico e as lutas que nele se travam, é valioso.

Posso estar equivocado, mas penso que há razoável consenso em identificar nossas relações interdisciplinares. Existem poucos estudos e talvez necessitemos de maior ênfase em algumas dessas relações. A História, a Diplomática, o Direito, a Administração, a Administração Pública, em especial, e a Biblioteconomia são campos disciplinares com os quais nos relacionamos, com os quais possuímos aproximações, tensões, disputas e distâncias. Uma dessas distâncias, a meu ver, é com a Administração. Ao mesmo tempo, é importante destacar que também dialogamos ou nos inserimos em “campos interdisciplinares” como o Patrimônio Cultural e a Ciência da Informação que possuem contornos mais flexíveis, mas não necessariamente mais aderentes as nossas questões. Temos tensões com a Ciência da Informação, ainda pensada de forma equivocada por parte dos autores, como ‘chave de agregação’ da “tríade” formada pelas disciplinas de informação, como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Ao se colocarem em contato interdisciplinar ou transdisciplinar, dois campos disciplinares podem enriquecer sensivelmente um ao outro nos seus próprios modos de ver as coisas e a si mesmos. A História, a partir do século XX, “foi beneficiada por uma longa história de contribuições às concepções e abordagens dos historiadores”. A Geografia, a Antropologia, a Psicologia, a Linguística, forneceram conceitos e metodologias aos historiadores, e “certos desenvolvimentos em âmbitos como a História Cultural ou a História das Mentalidades não teriam sido possíveis, certamente, sem os respectivos diálogos interdisciplinares com a Antropologia e com a Psicologia” (Barros, 2010, p. 210).

Barros (2010) ressalta que a história do conhecimento científico e da modernidade tem sido tal que, ao desenvolver ou ultrapassar certo nível de complexidade, cada campo do saber começa a gerar especializações e desdobramentos internos – “campos intra-disciplinares”. Em outras palavras, quando a disciplina começa a se organizar ao menos em possíveis “campos de aplicação”, ou qualquer

outro tipo de organização interna que corresponda mais ou menos a uma espécie de divisão do trabalho intelectual e prático (2010, p. 209). No caso da História, a “multiplicação de campos históricos”, a partir do século XX, deu origem a diferentes modalidades como a História Econômica, a História Cultural, a Micro-História, a História das Mentalidades e tantas outras”, ao lado de outras mais tradicionais que remontam a séculos anteriores, como a História Política.

Como podemos pensar os campos intradisciplinares na Arquivologia? Dispomos de história e maturidade científica, de pesquisa, para identificar essa “divisão intelectual”? É possível falar em uma “Arquivologia digital” ou “dos documentos digitais”? Há uma “Arquivologia da Gestão de Documentos”? Uma “Arquivologia dos arquivos pessoais”? Uma Arquivologia dos arquivos públicos? Uma “Arquivologia das funções arquivísticas”? O que viria a ser uma “Arquivologia Social”, assim denominada por alguns autores?

Para, além disto, três aspectos fundamentais a serem considerados quando se fala na constituição de um campo disciplinar “relacionam-se ao fato de que nenhuma disciplina adquire sentido sem que desenvolva ou ponha em movimento certas teorias, metodologias e práticas discursivas” (Barros, 2010, p. 209). Mesmo que tome por empréstimo conceitos e aportes teóricos de outros campos de saber, que incorpore métodos e práticas já consolidadas por outras disciplinas, ou que se utilize de vocabulário já existente para dar forma ao seu discurso, não há disciplina que não combine teoria, método e discurso. Nesse sentido, para Barros (2010), um campo disciplinar não se desenvolve a partir apenas de uma única orientação teórica ou metodológica, mas de um certo repertório teórico-metodológico que é preciso considerar, e que se torna conhecido pelos seus praticantes, gerando adesões e críticas. Da mesma maneira, o desenvolvimento de um campo disciplinar gera uma linguagem comum por meio da qual passam a se comunicar os seus expoentes, teóricos, praticantes e leitores.

Não vou tratar aqui dos aspectos da teoria arquivística. Seus princípios fundantes concebidos a partir do século XIX possuem forte estabilidade, ainda que nas últimas décadas tenham sido abalados pelos ventos renovadores de estudos de diferentes correntes de pensamento. Do ponto de vista metodológico, é central a busca pela contextualização dos documentos de arquivo, de modo a lhes garantir a necessária estabilidade de sentido e permitir que continuem a representar o ente produtor ao longo do tempo (Camargo, 2018). Conhecido como princípio da proveniência ou método histórico, continua – e continuará – a ocupar um lugar não desprezível na metodologia da pesquisa em Arquivologia, assim com os métodos da História e das Ciências Sociais, de maneira mais geral.

Para compreender a constituição de um campo disciplinar qualquer, é preciso considerar aquilo que perpassa todos os demais aspectos: uma densa e complexa “Rede Humana e institucional”, constituída por todos aqueles que já praticaram ou praticam a disciplina considerada e pelas suas realizações – obras, vivências, práticas realizadas. Ao tratarmos de uma “rede humana” para cada campo disciplinar, também temos de ter em vista, que estas redes se encontram frequentemente interferidas por uma “rede institucional” (universidades, institutos de pesquisa, circuitos editoriais de revistas, sociedades científicas), e por uma diversidade “de grupos de pesquisa e outras formas de parcerias e associações dentro das quais esta vasta rede humana também se acomoda de uma maneira ou de outra” (Barros, 2010, p. 211-212). A rede humana do campo disciplinar, desta forma, assume aqui a forma de uma “comunidade científica”. Uma “comunidade científica” é articulada, enfim, a um sistema de poderes institucionais e prestígios acadêmicos que redefine o lugar de cada um e de todos, a todo momento.

A “rede humana” que constitui uma das dimensões constituintes do campo disciplinar é também, ela mesma, uma rede de textos e de realizações, em dinâmica interconexão. Michel de Certeau (1982, p. 72), que examinou os desdobramentos do campo disciplinar

da História, procurou mostrar como cada realização empreendida por cada historiador coparticipante da rede termina por enunciar “uma operação que se situa em um conjunto de práticas”. Nossas pesquisas em Arquivologia ainda carecem de investimentos na compreensão de suas redes humana e institucional.

A certa altura de seu amadurecimento como campo disciplinar, começam a ser produzidos, cada vez mais frequentemente no seio do próprio campo de saber em constituição, os “olhares sobre si”. Começam a surgir, elaboradas pelos próprios praticantes da disciplina, as “histórias da disciplina”, aqui entendidas no sentido de narrativas e análises elaboradas pelos praticantes do campo disciplinar acerca da própria rede de humanos e saberes em que estão inseridos. Compreender-se historicamente é o resultado mais visível deste “olhar sobre si”.

Destaco aqui dois casos próximos a Arquivologia, e retomo os esforços da Ciência da Informação apontados no início do texto. Merece menção a obra coletiva ‘Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia’ (2015), organizada por Solange Puntel Mostafa, Márcia Regina da Silva e José Eduardo Santarém Segundo. De acordo com professores da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP), a obra reúne a trajetória da geração que desbravou um campo ainda incipiente no Brasil, seja refletindo sobre suas práticas profissionais, seja participando ativamente na consolidação das políticas e da militância em órgãos de classe. Nessa perspectiva, mais do que biografias ou reminiscências autobiográficas, o livro delineia percursos epistemológicos da história recente das ciências envolvidas com a informação.

Podemos tomar outro exemplo. Com sólidos elementos de institucionalização, a História - campo disciplinar com o qual mantemos inegáveis relações - enveredou da mesma forma na busca por sua historicidade. Nesse aspecto, as pesquisas de Marieta de Moraes Ferreira (2013) abrem um leque de questões, entre elas

a regulamentação da profissão de historiador - em pauta naquele contexto - que servem como estímulo não só a refletir sobre o lugar da História hoje, mas também a compreender a trajetória que esse campo do conhecimento percorreu em nosso país a partir do processo de profissionalização iniciado nos anos 1930. (Ferreira, 2013, p. 7). Para tanto, Ferreira (2006, 2013) empreendeu um amplo estudo dedicado a compreender a institucionalização dos cursos de História na Universidade do Distrito Federal (UDF) e na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil e acompanhar a constituição da identidade dos profissionais de História, que a partir da década de 1930 cada vez mais deixaram de ser profissionais liberais, para converterem-se em portadores de um saber específico.¹¹

COMENTÁRIO FINAL

Me encaminho para finalizar. Podemos dizer que o amplo espectro de temas e abordagens que temos acompanhado nos últimos anos e neste simpósio em especial, dá sinais do interesse crescente pelo que poderíamos nominar 'História dos Arquivos e da Arquivologia'. Desde a metade dos anos 2000 diferentes pesquisas têm tomado como objeto de análise o percurso histórico da Arquivologia no país com o intuito de compreender o processo de institucionalização em suas dimensões políticas, técnicas, metodológicas, sociais e culturais, e sua relação com o estatuto científico que a disciplina busca alcançar. Na base dessa visão, estão os laços indissociáveis da aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas, historicamente construídos, e das ações e estratégias dos seus principais atores sociais, sejam instituições, associações, grupos ou indivíduos.

11

Parte da pesquisa foi apoiada em depoimentos de alguns professores e alunos, representantes de diferentes gerações, formados em História pela UDF e FNFfi, recuperados através do método da história oral.

Talvez por excesso de cautela, penso que ainda não é possível afirmar que a História dos arquivos e da Arquivologia no Brasil, se constitua como uma área de pesquisa. Vocês podem me corrigir. Surgem grupos, pesquisadores e professores que em processo de articulação vem trabalhando temas e abordagens que podem vir a se configurar como tal. Começam a despontar trabalhos que realçam a sensibilidade histórica dos estudiosos, mas sobretudo a compreensão de que o terreno privilegiado - mas não único - para o estudo da construção e afirmação de um campo disciplinar é sua própria história.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. D. Contribuição para o estudo dos "campos disciplinares". **Revista ALPHA**, Patos de Minas, v. 11, p. 205-216, ago. 2010.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M. A. A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 129-137, maio/ago. 2007.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2008. 166 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004. 86p.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (O Homem e a ciência, v. 11).

CAMARGO, A. M. A. Historiadores e arquivistas: um diálogo possível. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, p. 23-26, 2018.

CAMARGO, A. M. A. Por um modelo de formação arquivística. **Ciências e Letras**: Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, jan./jun. 2002, p. 187-195, 2002.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERREIRA, M. M. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FERREIRA, M. M. Notas Sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. *In*: GUIMARÃES, M. L. S. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 139-161.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HAM, F. Archival strategies for the post-custodial era. **The American Archivist**, Chicago, v. 44, n. 3, p. 207-216, 1981.

HEDSTROM, M. Arquivos e memória coletiva: mais do que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, T; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 237-259.

HEDSTROM, M. Understanding electronic incunabula: a framework for research on electronic records. **The American Archivist**, Chicago, v. 54, n. 3, p. 334-354, 1991.

JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. *In*: VALENTIM, M. L. P. (ed.). **Estudos Avançados em Arquivologia**. São Paulo: Oficina Universitária: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, 257 p.

LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016. 213 p.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008. 392 p.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 372 p.

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATAN, M.; JACOB, C. (org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-41.

MACNEIL, I. Archival theory and practice: between two paradigms. **Archivaria**, Ottawa, n. 37, p. 6-20, 1994.

MARQUES, A. A. C. Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros (1972-2015). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 15-30, 2018.

MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. *In*: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino em arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.

MERTON, R. Sociologia do Conhecimento. *In*: BERTELLI, A. R.; PALMEIRA, M. S.; VELHO, O. G. (org.). **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

MOSTAFA, S. P.; SILVA, M. R.; SANTARÉM SEGUNDO, J. E. (org.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: UFPB, 2015.

ODDONE, N. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, F. B. **A classificação de arquivos correntes no Brasil e as ideias e contribuições de Marilena Leite Paes**. 2023. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

RODRIGUES, G. M.; APARÍCIO, A. M. A. pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, 2002.

SANTOS, P. R. E. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-34, 2022.

SANTOS, P. R. E. Relações disciplinares entre Arquivologia e Ciência da Informação: apontamentos para um debate. *In*: VOGEL, M. J. M.; JUVÊNCIO, C. H.; E. G.; SOUZA, V. M. M. F. (org.). **Ciência e pesquisa**: o aporte da Ciência da Informação para avaliação e inovação em Ciências Sociais e Humanidades. Niterói: PPGCI/UFF, 2021, p. 47-67. (v. 6).

SCHWARTZMAN, S. **A formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. 481 p.

SILVA, T. J.; FREIRE, I. M. Historiografia e epistemologia da ciência da informação: um olhar sobre a literatura brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: PPGCI/UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/531/514>. Acesso em: 12 mar. 2021.

TAYLOR, H. A. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, Ottawa, n. 25, p. 12-28, 1987.

THOMASSEN, T. *et al*. The development of archival science and its European dimension. **Archol**: Archivistika On Line, Stockholm, v. 1, n. 1, sept. 1999. Disponível em: <https://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

WHITLEY, R. The context of scientific investigation. *In*: KNORR, K. D.; KROHN, R.; WHITLEY, R. **The social process of scientific investigation**. London: D. Reidel, 1980. p. 297-321. (v. 4).